

Aos 12(doze) dias do mês de novembro de 2018, às 09:20 horas, reuniram-se no plenário da Câmara Municipal de Guanhães, os vereadores Nivaldo dos Santos, Lucimar Ferreira Pinto, Evandro Lott Moreira, Evandro José de Alvarenga, Maria Anídia de Paula, Daniel Barroso, Mauro da Conceição Neves, Bruno Pires de Souza, Nelci Pereira Chaves, Carlos Aparecido da Silva e Osmar Gomes Fidélis, o Procurador do Poder Legislativo Dr. Henrique Guilherme, o procurador adjunto Dr. Alberto Magno, servidores do COMBEM, a secretária municipal de educação Maria Celma Caldeira, a secretária municipal de assistência social Helma, o procurador geral do município Robert Lin Sérgio, a prefeita municipal Dóris Campos Coelho, o vice prefeito Célio Augusto e representante da rádio Cidade. O senhor Presidente da Câmara Nivaldo dos Santos agradeceu a prefeita pela presença e passou a palavra a mesma. A senhora prefeita esclareceu que nenhum Poder Executivo pode celebrar convênio ou repassar valores a entidades com irregularidades na documentação. Disse que em conversa com o Ministério Público foram estabelecidas várias ações de proteção as crianças. O senhor Presidente perguntou a secretária de educação se há alguma notificação ou questionamento do Ministério Público sobre o COMBEM tanto na gestão atual quanto em gestões passadas. A secretária Celma respondeu que a reunião com o Ministério Público foi de sua iniciativa e que lá foi apresentada a situação do COMBEM. Que ao tomar conhecimento, o promotor Dr. Luciano questionou a falta de convênio formal e pediu que a situação fosse encaminhada ao promotor Dr. Guilherme para que a situação fosse resolvida. O presidente Nivaldo perguntou se não poderia ter sido usado o consenso em se tratando de encerramento de ano letivo para que a instituição funcionasse até sua regularização. O procurador do Município, Dr. Robert disse que há muitas irregularidades no COMBEM e que a partir do momento que se toma conhecimento das irregularidades e providências não são tomadas, os gestores podem responder pela ilegalidade. O vereador Evandro Lott lembrou das metas do Plano de Educação que prevê escola integral, dizendo que o COMBEM fazia esta função, disse que há várias justificativas jurídicas que poderia respaldar o funcionamento até o dezembro. O procurador do

Município respondeu que não são erros de formalidades apenas, que existem irregularidades e ilegalidades. A secretária de assistência social disse que a partir do momento em que o Município for notificado da intervenção judiciária, o município fará novamente o convênio. O vereador Evandro levantou a possibilidade do Município fazer a execução direta custeando as atividades do COMBEM independente do Conselho. Podendo a Câmara ser parceira neste custeio. A prefeita Dóris disse que fez reunião com os pais e que enquanto não há a regularização o município está oferecendo o CRAS para assistência aos alunos. E que foi pedido que cada um que exerça o seu papel de cidadão fazendo serviço voluntário na entidade até o final do ano de 2018. Quanto a execução direta, disse que não toma nenhuma decisão sozinha e sugeriu uma reunião com representantes do Ministério Público, Poder Legislativo e Poder Executivo, embasado em parecer jurídico do Procurador da Câmara para que se tome uma decisão conjunta. O presidente da Câmara sugeriu uma reunião posterior entre jurídico da prefeitura e jurídico da Câmara além dos gestores para que se encontre uma solução dentro da legalidade. A secretária de educação esclareceu que as crianças não estão desamparadas. O vereador Daniel Barroso pediu a execução direta das atividades do COMBEM até que se regularize a situação da mesma. O Procurador da Câmara propôs a criação de um TAC junto ao Ministério Público para que o Poder Executivo possa fazer a execução direta das atividades em parceria com a Câmara. O vereador Evandro Alvarenga lembrou que em recente conferência o promotor Dr. Luciano sugeriu que seja melhor aproveitado o tempo das crianças em período integral nas escolas, mas que infelizmente isso pode não ser possível em todas as escolas. O vereador Nelci disse que a Câmara é local de se discutir a verdade e pediu que a prefeita pense com carinho pois falta pouco mais de trinta dias para começar as férias. A prefeita Dóris confirmou que é responsabilidade do Poder Público contribuir com o bem estar das crianças, assim como de todos os cidadãos e que, havendo respaldo jurídico a gestão poder tomar novas atitudes. Questionada sobre o porquê de não ter havido a comunicação prévia do fechamento, a secretária de educação respondeu que a

coordenadora do COMBEM Cássia possuía conhecimento de toda situação e que situações emergenciais impossibilita o diálogo. Ficou-se então de o procurador do Município tentar agendar reunião com o Ministério Público ainda nesta data para discutir a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, com a presença também do procurador da Câmara. Encerradas as discussões, lavrou-se a presente ata que segue assinada por todos os presentes. Guanhães 12 de novembro de 2018.